Servidores públicos deliberam por participação ampla na Greve Geral do dia 14 de junho

Plenária Nacional da Condsef realizada em Brasília no último sábado reuniu servidores públicos de todos os estados para tratar da pauta dos servidores para a campanha salarial 2019/2020 da categoria e discutir as estratégias para barrar a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes.

A Plenária acontece em um momento complicado para o setor público, uma vez que o governo federal resolveu apontar os serviços e servidores públicos como os vilões e maiores responsáveis pela crise que assola o país.

A direção da Condsef/Fenadsef e os sindicatos filiados estão muito preocupados com a agenda do governo federal em relação aos servidores e serviços públicos e articula a participação maciça dos servidores públicos na greve geral do dia 14 de junho naquela que se projeta como a maior paralisação de todos os tempos, juntando trabalhadores, estudante e movimentos sociais contra os cortes na educação e contra a reforma da previdência.

"Até agora todas as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro foram contra os trabalhadores e contra os serviços públicos. Nós não podemos e não iremos ficar parados. Vamos todos ocupar as ruas dia 14 de junho e mostrar que os trabalhadores não aceitarão continuar a pagar essa conta sozinho como vem fazendo nesses últimos anos", disse Raimundo pereira, presidente do Sindsep/MA.

O Sindsep/MA foi representado na plenária pelo presidente Raimundo Pereira, os diretores Francisco José Farias Diniz, Valter Cezar Figueiredo, José Alfredo Torres, Kariane Cristine Barbosa Aires, Ilana Chagas Maciel, e a servidora do Ministério da Saúde, Rosimary Anunciação.



Outro ponto debatido na plenária foi a situação dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH que até agora não conseguiram avançar nas negociações de seu Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2019/2020. Mesmo após várias tentativas de acordo, o governo além de não discutir as reivindicações atuais ainda est[á ameaçando retirar direitos adquiridos. Após ouvir os delegados da EBSERH e discutir a pauta da categoria, foi aprovado na Plenária a participação de todos na greve geral do dia 14 de junho e o início da Greve dos trabalhadores da EBSERH por tempo indeterminado a partir do dia 18 de junho.

"Nós não aceitaremos a retirada de direitos e daremos todo apoio aos empregados da EBSERH em mais essa luta pela preservação dos direitos conquistados. Vamos ocupar as ruas contra a reforma da previdência e o corte de gastos na educação na greve geral dia 14 de junho e vamos parar os hospitais universitários a partir do dia 18 de junho em defesa dos direitos dos trabalhadores", disse Sergio Ronaldo, secretário geral da Condsef/Fenadsef.





Fixação de data-base para servidor federal deve ser votada na quinta-feira

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir, nesta semana, uma ação que tramita há 12 anos no Judiciário e pretende garantir um direito aos servidores: a criação de uma database para o reajuste anual dos salários, sem distinção entre civis e militares. O julgamento está marcado para quinta-feira, dia 13.

Apesar do direito à revisão anual dos pagamentos ser garantido pela Constituição Federal, não há regulamentação em lei sobre qual deveria ser a data de concessão desse aumento. O recurso que está em julgamento no Supremo pode estipular um calendário único para os funcionários públicos federais, em princípio, e também para os servidores estaduais e municipais, por jurisprudência (a decisão do STF poderia ter um efeitocascata sobre ações pleiteando o mesmo direito em outras esferas).

Em 2014, o julgamento foi suspenso porque o ministro Dias Toffoli pediu vistas. À época, quatro ministros foram contrários à ação. O relator do recurso, Marco Aurélio Mello, foi favorável e propôs repercussão geral para o caso. O EXTRA conversou com representantes de entidades que acompanham de perto cada etapa do processo e tiveram uma reunião com Toffoli.

'Falta de regra faz servidor perder poder aquisitivo'

A coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Lucena Martins, diz que sem a database, o servidor fica dependendo de um plano de cargos e salários, que não é elaborado pelos administradores públicos. "O salário fica defasado em relação à inflação. Então, o trabalhador perde o poder aquisitivo, e isso enfraquece a economia. A maior parte dos servidores federais ganha até quatro salários mínimos (R\$ 3.992), e eles vão consumir menos", disse Lucena.

Segundo Rudnei Marques, presidente do Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), historicamente, governo e entidades de classes negociam os reajustes, "mas isso é ruim para os dois lados porque, em geral, a greve acontece antes da negociação". Para ele, o trabalhador vive um cenário de incerteza, e o prejuízo tem reflexos para a população, por conta da prestação do serviço público. "Sabemos que o país está

numa situação fiscal difícil, mas com a data-base, a negociação por reajuste poderá ser mais fácil quando a economia voltar a melhorar", completou.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Público Federal Serviço (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, acredita que até os ministros do STF que já votaram contra a fixação de uma data-base para o funcionalismo federal (o placar está em 4 a 0, de um total de 11 votos possíveis) poderão modificar suas decisões: "O servidor pode ficar com os vencimentos congelados por 20 anos (por conta da Emenda 95, que congelou o teto de gastos), e não temos a quem recorrer mais. Distribuímos um documento na tentativa de sensibilizar todos os ministros".

Fonte: Jornal Extra



(*) Matéria completa no site: www.cut.org.br/noticias

